

PERDA DE RESPEITO

Na quinta-feira, o governo concordou em passar o tesourão em quatro artigos da medida provisória do Banco do Brasil.

O que parece o resultado da submissão à chantagem fisiológica exercida pela bancada ruralista não é somente uma decepção para quem esperava ver definitivamente saneado um banco que há anos vem perdendo patrimônio por práticas semelhantes a essas. É um passo desastroso que pode levar à desmoralização do governo.

Essa medida provisória não cuidava apenas da recomposição do capital do Banco do Brasil, em nada menos de R\$ 8 bilhões, cuja subscrição pelos acionistas minoritários, em primeira chamada, acabou fracassando. Cuidava também de criar condições para que o banco deixasse de sangrar, como vinha sangrando por anos seguidos de incompetência e má gestão.

Entre essas condições de recuperação do banco, ficava instituída a prisão de quem desviasse dos armazéns gerais produtos agrícolas de propriedade particular ou do governo; a instituição de um índice básico de juros que reduzisse o risco de crédito do Banco do Brasil; e a tomada de providências que reduzissem a possibilidade de calote dos devedores no crédito rural.



Ao eliminar esses dispositivos da medida provisória, o governo tirou o ferrão do Banco do Brasil. Reduziu a capacidade que o banco havia reconquistado de recuperar os créditos de retorno duvidoso.

O problema mais grave não é sequer esse jogo perverso, cujo objetivo último poderá vir a ser a perpetuação do processo de esvaziamento do Banco do Brasil.

O mais grave é o que se segue a essa atitude de submissão do governo, que a nota explicativa da sexta-feira não conseguiu dissipar. Se essa estratégia de chantagem for mesmo consagrada, os políticos vão acabar exigindo a transferência de todo o patrimônio público para seus próprios bolsos.

O mais grave é a perda de respeito do governo e, mais particularmente, do presidente da República no Congresso e à Nação.